



SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE)

PROCESSO SELETIVO

NÍVEL SUPERIOR

Avaliação de Conhecimentos Específicos (2.^a Fase)

Cargo **10** **ANALISTA TÉCNICO**

Código:

AN006

Aplicação: 14/12/2008

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, verifique se ele contém **SETENTA** itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 70, e uma proposta para estudo de caso, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Aos homens capazes tudo corre favoravelmente.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração da avaliação é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da avaliação —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo do estudo de caso para a folha de texto definitivo.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da avaliação e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da avaliação.
- 10 Ao terminar a avaliação, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e sua folha de texto definitivo do estudo de caso e deixe o local da avaliação.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo do estudo de caso poderá implicar a anulação da sua avaliação.

AGENDA (datas prováveis)

- I **16/12/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **17 e 18/12/2008** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **14/1/2009** – Resultados final da prova objetiva e provisório do estudo de caso: Internet.
- IV **15 e 16/1/2009** – Recursos (estudo de caso): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **3/2/2009** – Resultados finais do estudo de caso, da 2.^a fase e do processo seletivo: Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Comunicado n.º 1, de 12/10/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 70 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA

No que diz respeito à legislação trabalhista, julgue os itens que se seguem.

- 1 Somente pessoa física pode ser contratada como empregado.
- 2 O empregado doméstico é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- 3 Entre os elementos caracterizadores da relação de emprego figura a exclusividade.
- 4 Faltas ou ausências em decorrência de acidente de trabalho não podem ser consideradas para se recalcular o período de férias.
- 5 No caso de o adicional noturno ser pago com habitualidade, ele passa a integrar o salário do empregado.
- 6 A contribuição para o fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) não incide sobre os valores pagos ao empregado a título de horas extras.
- 7 O fornecimento de aparelhos protetores que eliminem a insalubridade detectada num determinado ambiente de trabalho não retira do empregado o direito de receber o adicional.
- 8 Um frentista que opera bomba de gasolina em posto de combustível tem o direito de receber o adicional de periculosidade.
- 9 As faltas justificadas são consideradas, por lei, ausências legais, e, por esse motivo, não podem ser descontadas ao se calcular o período de férias.
- 10 Caso um empregado seja contratado a título de experiência por sessenta dias, mas tenha a rescisão do seu contrato antecipada, será cabível o pagamento do aviso prévio.
- 11 Um empregado que ainda não tenha completado um ano de serviço, caso seja dispensado sem justa causa, não deverá receber qualquer valor a título de férias.

Acerca da legislação previdenciária, julgue os itens de 12 a 20.

- 12 Os ministros de confissão religiosa são considerados contribuintes individuais da previdência social.
- 13 A exploração de atividade turística em propriedade rural por não mais de 120 dias ao ano não caracteriza a condição de segurado especial.
- 14 A contribuição do empregador é de 12% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
- 15 Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) são classificados como segurados e dependentes.
- 16 Os dirigentes sindicais, enquanto estiverem no exercício do cargo, deverão receber novo enquadramento no RGPS.

- 17 O servidor civil ocupante de cargo efetivo da União deve ser excluído do RGPS desde que amparado por regime próprio de previdência social.
- 18 Os filhos menores de 24 anos, na qualidade de dependentes do segurado, são considerados beneficiários do RGPS.
- 19 A empresa que deixar de cumprir com as normas de segurança e higiene do trabalho estará incorrendo em contravenção penal, punível com multa.
- 20 Caso uma pessoa que esteja aposentada por invalidez retorne voluntariamente à atividade, terá sua aposentadoria automaticamente cancelada por comprovar, dessa maneira, que possui capacidade laborativa.

No que se refere aos vínculos empregatícios, julgue os próximos itens.

- 21 O empregado doméstico possui direito subjetivo ao FGTS, uma vez que o empregador é obrigado a incluí-lo no referido benefício.
- 22 As despesas referentes ao fornecimento de alimentação e vestuário ao empregado doméstico não têm natureza salarial nem podem ser incorporadas à remuneração.
- 23 Com relação à atividade pecuária, o horário noturno do trabalhador rural se estende das 20 horas de um dia até as 4 horas do dia seguinte.
- 24 O trabalho em domicílio é aquele realizado pelo empregado em seu próprio domicílio.
- 25 O contrato de aprendiz pode ser estabelecido até o limite máximo de quatro anos.

O Decreto-lei n.º 926/1969, transformou o nome da antiga carteira profissional para carteira de trabalho e previdência social (CTPS). Conforme a CLT vigente, art. 14, as carteiras serão emitidas pelas delegacias regionais do trabalho, ou, mediante convênio, pelos órgãos e entidades das administrações públicas federal, estadual ou municipal. Com relação a CTPS, julgue os itens de 26 a 30, de acordo com a legislação vigente.

- 26 A CTPS, visando à segurança da identificação do empregado, somente será fornecida, entre outras exigências, com a colheita da impressão digital.
- 27 A anotação da função a ser exercida pelo empregado deve, obrigatoriamente, ser feita pelo empregador conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

- 28** Em decorrência dos princípios constitucionais da presunção da inocência, somente poderão ser anotadas situações desabonadoras à conduta do empregado após a apuração pela empresa em procedimento em que sejam garantidos ao empregado o contraditório e a ampla defesa.
- 29** As anotações na CTPS, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), têm efeito de presunção relativa.
- 30** Na admissão, o empregado entregará a sua CTPS ao empregador, que poderá retê-la, no máximo, por 15 dias, sob pena de caracterização de infração trabalhista pela empresa.

A folha de pagamento é dividida em 2 partes, quais sejam, as verbas remuneratórias e os descontos. A respeito desse, assunto, julgue os próximos itens.

- 31** As gorjetas, quer sejam pagas espontaneamente pelo cliente, quer incluídas na nota fiscal, incluem-se na remuneração do empregado para todos os efeitos, conforme assentado pelo TST, tendo em vista o combate à burla de direitos trabalhistas.
- 32** As diárias integram-se à remuneração quando excederem a 50 % do salário mensal do empregado.
- 33** O depósito do FGTS incide, inclusive, sobre os adicionais eventuais.
- 34** No cálculo das horas extras, não serão computados os intervalos inferiores a 5 minutos diários a mais que o empregado ficar à disposição do empregador. Passados esses 5 minutos, serão calculadas as horas extras sobre todo o tempo a mais além da jornada normal.
- 35** Dada a garantia constitucional da irredutibilidade salarial, cessada a condição insalubre com a utilização de equipamento de proteção individual, não fica excluído o pagamento do adicional ao empregado. De acordo com o TST, somente admite a exclusão do pagamento do referido adicional se o empregado for deslocado da referida atividade insalubre.

A saúde do trabalhador é preocupação do Estado, na medida em que, além de poder impactar negativamente as contas da previdência social, é ela um direito fundamental do trabalhador. A Portaria n.º 3.214/1978, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aprovou normas regulamentadoras (NRs) sobre a segurança e medicina do trabalhador. Acerca da regulamentação da saúde ocupacional do trabalhador, julgue os itens de **36** a **40**.

- 36** Dado o caráter universal da saúde do trabalhador, a observância às NRs é dirigida não só a todas as empresas privadas no país como também aos órgãos e entidades públicos, ainda que o regime aplicável seja estatutário (não-celetistas).
- 37** Os exames médicos obrigatórios, conforme a NR 7, compreendem, exclusivamente, os admissionais, periódicos, os de mudança de função e os demissionais.
- 38** A Lei n.º 9.799/5/1999 introduziu alterações na CLT, vindo, agora, a proibir, exceto para as contratações em funções insalubres e perigosas, exame de gravidez para candidatos do sexo feminino.

39 O programa de controle médico de saúde ocupacional, obedecendo a um planejamento, deverá reunir suas atividades em relatório anual, a ser discutido com a comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA), quando existente essa na empresa.

40 As CIPAs, conforme a NR 5, não têm previsão obrigatória de instituição em nenhum grupo de atividade econômica em empresas com menos de 20 empregados.

As férias dos empregados, no Brasil, nem sempre foram de 30 dias anuais. Foram concedidas, pela primeira, vez, no período de 15 dias, por aviso ministerial. Posteriormente, a CLT e a Constituição Federal de 1988 alteraram substancialmente esse cenário. Também, o Decreto n.º 3.197/1999 internalizou, no Brasil, a convenção 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre às férias remuneradas. Com relação as férias dos empregados no Brasil, julgue os itens a seguir.

41 Com assento constitucional, um direito fundamental social foi julgado recentemente inconstitucional. Trata-se do art. 136 da CLT, que dispunha ser do empregador a prerrogativa da marcação do período de férias de seus empregados.

42 O abono pecuniário decorrente da possibilidade da conversão de um terço das férias em pecúnia, por encontrar assento constitucional, não foi alterado pelas disposições do Decreto n.º 3.179/1999, ainda que este instrumento, internalizando a convenção OIT n.º 132, tenha estabelecido que é vedada a renúncia, mesmo mediante indenização, do gozo efetivo dos dias de férias remuneradas.

43 No caso de rescisão do contrato de trabalho, as férias, se indenizadas, serão calculadas sobre a remuneração do empregado no mês do seu desligamento da empresa.

44 Conforme o vigente precedente normativo n.º 28, da seção de dissídios coletivos do TST, ao empregado que pedir demissão antes de completado o primeiro período aquisitivo, não lhe são deferidas férias proporcionais na rescisão contratual.

45 O entendimento do TST é no sentido de que, se o empregado é demitido sem justa causa antes de completar 12 meses, não terá direito à indenização das férias proporcionais no momento da rescisão.

46 No bojo da simplificação trabalhista conferida às micro e pequenas empresas, estão elas dispensadas de anotar as férias dos seus empregados nos livros ou fichas de registro respectivos, bem como da obrigação de avisar ao MTE sobre a concessão de férias coletivas.

Na relação jurídico-tributária, há a figura do sujeito passivo, disciplinada pelo art. 121 do Código Tributário Nacional. Como espécies de sujeição passiva, temos os contribuintes, que são aqueles que mantêm uma relação pessoal e direta com a ocorrência do fato gerador, e, também, os responsáveis tributários; que, sem se revestir a condição de contribuintes, têm, na lei, obrigação imposta. Acerca dos tributos incidentes na folha de pagamento, julgue os próximos itens.

- 47 O atraso na entrega anual da declaração de imposto de renda retido na fonte sujeita a empresa à multa de 1% ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante do imposto de renda informado na declaração, ainda que integralmente pago, limitada a 20%.
- 48 Considera-se salário de benefício, para fins da lei de custeio da previdência social para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho.
- 49 O salário-maternidade será pago à empregada no valor da sua remuneração integral, não se observando o teto máximo dos benefícios da previdência social.
- 50 No caso de não-recolhimento pelo empregador, no prazo legal, das importâncias relativas ao FGTS dos seus empregados, incidirá sobre a parcela em atraso atualização pela taxa referencial (TR) e multa, de 5% ou 10%, se a integralização se der, respectivamente, no mês imediatamente após o vencimento ou após esse prazo.

Texto para os itens de 51 a 60

1 Os aspectos positivos dos saldos apresentados por esta seção, no término deste exercício, configuram bem o acerto das inovações introduzidas por V. S.^a na dinâmica dos 4 trabalhos sob sua superior orientação e coordenação, principalmente no que diz respeito à política de pessoal adotada, que veio aumentar, consideravelmente, as situações 7 favoráveis à satisfação das necessidades de cada um e do grupo, no ambiente de trabalho. A validação do outro tornou-se mola propulsora para o desenvolvimento das 10 potencialidades individuais e fator preponderante para a integração do grupo, sempre mais interessado nos elevados objetivos da administração deste órgão.

Trecho de relatório citado por João L. Ney. **Prontuário de redação oficial**. 8.^a ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976, p. 171.

Entre as qualidades comumente atribuídas ao texto escrito, estão a coerência, a clareza, a concisão e a correção. De acordo com João L. Ney, em sua obra **Prontuário de Redação Oficial**, para se obter concisão, é preciso evitar: informações supérfluas para o objetivo que se quer alcançar, palavras e adjetivações inúteis, perifrases ou circunlóquios, redundâncias e repetições excessivas.

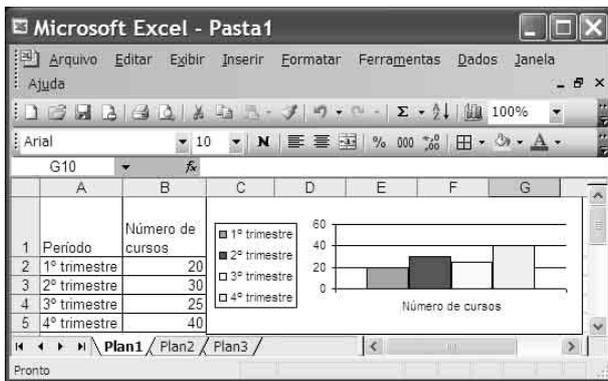
Acerca do texto apresentado, que é parte de um relatório, das informações acima e de técnicas de redação, julgue os itens que se seguem.

- 51 Relatórios são tipos de documento em que um funcionário dá a conhecer, ao seu superior imediato, de maneira informal e descontraída, a sua opinião pessoal sobre determinado fato.
- 52 A retirada das vírgulas que separam a expressão “no término deste exercício” (l.2) não comprometeria a correção gramatical do texto, nesse caso.
- 53 Os pronomes de tratamento, como Vossa Senhoria, abreviado como V. S.^a no texto, levam os verbos para a segunda pessoa do singular. Uma outra forma de escrever o que está no texto seria, portanto: V. S.^a introduziste inovações na dinâmica dos trabalhos sob sua orientação.
- 54 A coerência é a qualidade do texto escrito pela qual se reconhece neste uma unidade, um conjunto harmônico de idéias que se complementam e que não se contradizem.
- 55 Ao escrever “término deste exercício” (l.2), o autor do texto emprega um termo freqüentemente utilizado na referência a um período de tempo determinado: exercício.
- 56 Os adjetivos encontrados em “superior orientação e coordenação” (l.4) e “elevados objetivos da administração” (l.11-12) prejudicam a concisão do texto, uma vez que não acrescentam informação relevante para o objetivo do relatório.
- 57 A expressão “política de pessoal” (l.5) estaria igualmente correta se substituída, no texto, por **política de recursos humanos**.
- 58 As técnicas de redação recomendam evitar períodos muito longos, que podem comprometer a clareza de um texto. Nesse sentido, o primeiro período do texto em questão poderia ser dividido em dois.
- 59 O trecho apresentado corresponde a um parágrafo. Cada parágrafo de um texto deve desenvolver um aspecto do tema, que é o mesmo em todo o texto.
- 60 Tópico frasal é o nome técnico atribuído ao período que encerra cada um dos parágrafos de um texto, e que traz as conclusões parciais do autor sobre o tema de que trata um dado texto.



Considerando a figura acima, que exibe a página web do SEBRAE/DF acessada via Internet Explorer, julgue os itens a seguir.

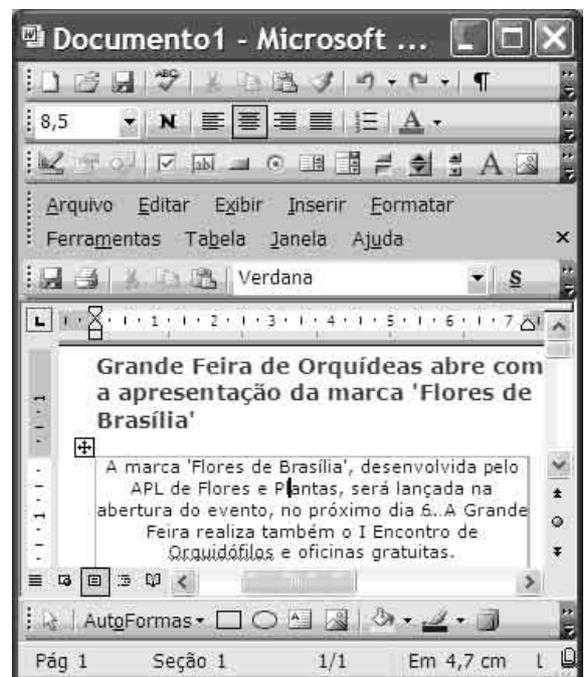
- 61 Ao se clicar a ferramenta , a página será configurada como página principal.
- 62 Ao se clicar, sucessivamente, **Arquivo** e **Salvar como**, é possível selecionar a opção para armazenar a página completa.
- 63 Com a criação da Internet, foi possível democratizar o acesso à informação, principalmente com a disseminação da tecnologia *cyberlink*, também chamada de rede sem fio.



Com referência à figura acima, que exibe uma janela do Excel 2003 com uma planilha a partir da qual foi gerado o gráfico mostrado, julgue os próximos itens.

- 64 Para se centralizar horizontal e verticalmente o conteúdo das células A1 e B1, é suficiente selecionar essas células, clicar a opção **Células** do menu **Formatar**, clicar a guia **Alinhamento** e, na opção **Alinhamento de texto**, selecionar **Centro** tanto para vertical como para horizontal e clicar **OK**.

- 65 O gráfico foi criado usando como base os dados das células de A1 até B5.
- 66 Para se alterar o tamanho do gráfico, é suficiente selecioná-lo, clicar a opção **Tamanho** do menu **Formatar**, definir o tamanho e clicar **OK**.
- 67 Ao se clicar a ferramenta , será apresentada a visualização de impressão da planilha e do gráfico.



Considerando a figura acima, que apresenta uma janela do Word 2003 com um texto em edição, julgue os itens subsequentes.

- 68 Tanto o primeiro quanto o segundo parágrafo estão alinhados à esquerda.
- 69 O segundo parágrafo está formatado com fonte **Verdana**.
- 70 A borda do segundo parágrafo pode ter sido criada usando-se o recurso .

ESTUDO DE CASO

- Neste instrumento de avaliação, que vale **trinta** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DO ESTUDO DE CASO**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Antônio foi contratado como auxiliar de serviços gerais por determinada empresa em 1.º/8/2006. Seu salário mensal era de R\$ 1.000,00, que era depositado mensalmente em sua conta-corrente.

Antônio recebia ordens de Francisco, que ocupava o cargo de supervisor, e também de João, gerente da empresa.

Em 1.º/8/2008, Antônio foi demitido sem justa causa, tendo recebido corretamente suas verbas rescisórias.

Na Carteira de Trabalho e Previdência Social de Antônio, consta que a empresa registrou 1.º/8/2006 como data de sua admissão e 1.º/8/2008 como data de sua demissão.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo que apresente, de modo justificado, os elementos que caracterizam o vínculo empregatício entre Antônio e a referida empresa.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	